

Equipe de gestão da SEPA/SEPROR

Márcio Pinheiro - Secretário da SEPA

Márcio Pinheiro – Chefe do DEPA

João Bosco – Gerente de Pesca

Oster Machado – Gerente de Aquicultura

Equipe Técnica da Gerência de Pesca

Flávio Rubem, Talísia Martins, Ivo Calado, Ana Cristina, Isabella

Urbax, Diego Morgado, Márcia Melo, Lenizi Araújo, Fernando

Sodré, Olímpio Andrade.

Estagiária – Catrine Ribeiro.

Elaboração: Márcia Melo e João Bosco Silva.

Todos as ações/atividades implementadas pela Gerência de Desenvolvimento da Pesca da SEPA/SEPROR atendem a 10 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da FAO.

**AMAZONAS**
GOVERNO DO ESTADO**SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL
SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE PESCA E AQUICULTURA****INFORMATIVO ESTATÍSTICA PESQUEIRA****TEMA: Pesca da Piracatinga**

A piracatinga (*Calophysus macropterus*) é uma espécie de peixe da ordem Siluriformes (grupo dos bagres), conhecida popularmente como urubu d'água, por ser, de acordo com Nunes *et al.* (2017), onívoro de hábito alimentar necrófago, encontrado em rios do sistema Solimões-Amazonas.

A pesca com fins comerciais desta espécie ocorre há pelo menos 30 (trinta) anos no Estado do Amazonas. O principal mercado consumidor é a Colômbia, que, segundo Trujillo *et al.* (2010), a piracatinga substitui outro bagre muito consumido naquele país, o capaz (*Pimelodus grosskopfii*).

Em 2015, devido a problemática da utilização de iscas ilegais (animais silvestres) para a captura da piracatinga, o governo federal proibiu sua pesca e comercialização em todo o território nacional (primeira moratória) por 5 (cinco) anos. No entanto, tal moratória já foi renovada 3 (três) vezes, sendo a última portaria SAP/MAPA Nº 1.082, de 22 de junho de 2022, válida até o dia 2 de julho de 2023.

Em 2019, o Governo do Amazonas, por meio do Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura (Conepa), ligado à Secretaria Executiva Adjunta de Pesca e Aquicultura (Sepa), no âmbito da Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), criou dois Grupos de Trabalho (GT): o GT da piracatinga e o GT da Estatística Pesqueira. O resultado do trabalho do GT da piracatinga foi a elaboração de um Plano de Trabalho Multi-institucional (PTM), com os seguintes eixos temáticos: 1. Diagnóstico sobre a pesca e a comercialização da piracatinga; 2. Campanha de combate à pesca ilegal; 3. Plano estratégico de monitoramento e controle da pesca; 4. Desenvolver iscas alternativas e estabelecer as diferentes etapas da cadeia produtiva e 5. Monitoramento das populações de botos e jacarés em áreas com estudos já estabelecidos e em novas áreas de importância para a pesca.

Em 2021, o Governo federal criou o Grupo de Trabalho Nacional da piracatinga, o qual incorporou e propôs contribuições ao plano de trabalho estadual.

Avenida Carlos Drummond de Andrade,
1.460, Bloco G - Conj. Atílio Andreazza.
Fone: (92) 3306 - 0912
Manaus-AM
CEP 69077-730

**Secretaria de
Produção Rural**

Em maio de 2022, como parte do trabalho de levantamento de dados da Estatística Pesqueira estadual e, em cumprimento a ação 1.1 do Plano de Trabalho Multi-institucional (PTM) do GT da piracatinga, os técnicos da Sepa/Sepror lotados em 8 (oito) municípios, cito, Benjamim Constant (14), Beruri (29), Fonte Boa (22), Manacapuru (49), Maraã (14), Santo Antônio do Içá (11), Tabatinga (15) e Tefé (24), realizaram 178 (cento e setenta e oito) entrevistas com pescadores sobre a pesca da piracatinga.

As entrevistas foram realizadas no mês de maio de 2022, em geral, nos locais de desembarque de pescado, nas organizações da sociedade civil de pescadores (Colônias, Associações e Sindicatos) e nas Unidades Locais do IDAM nos municípios do interior do Estado.

Foram utilizados questionários semiestruturados com a seguinte abordagem inicial: Antes da proibição (Moratória) você praticava a pesca da piracatinga com fins comerciais?

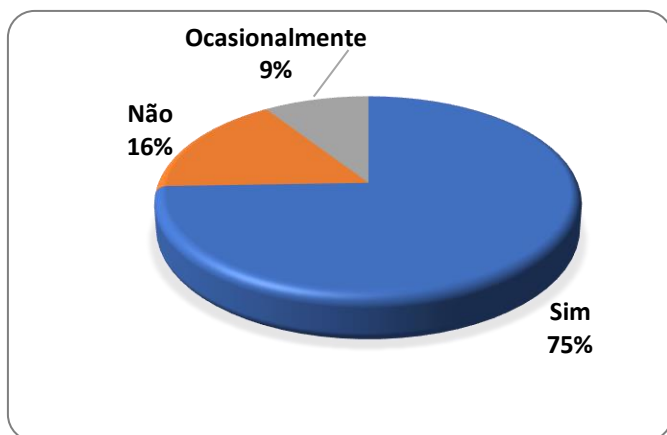


Figura 1. Percentual de entrevistados que realizavam a pesca com finalidade comercial.

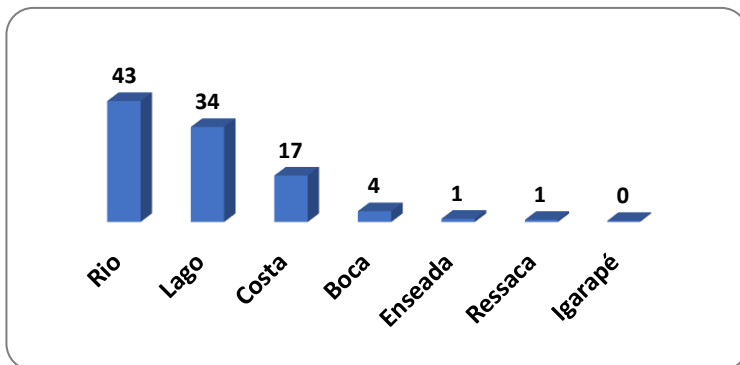


Figura 2. Locais onde a pesca era realizada.

Quanto ao questionamento inicial, 75% dos entrevistados responderam “Sim”. Outros 16% responderam que “Não” pescavam e 9% informaram que realizavam a pesca “Ocasionalmente” (Figura 1).

Pelo fato da pesca e comercialização da piracatinga estarem proibidas, inicialmente, os entrevistados apresentavam uma certa dificuldade para responder aos questionamentos, mas, à medida que o diálogo se tornava mais fluido, as respostas eram fornecidas pelos pescadores.

Em relação ao uso dos ambientes aquáticos, 77% dos entrevistados informaram que realizavam a pesca em rios e lagos, outros 17% disseram que realizavam em um ambiente chamado de “Costa” (Figura 2), referindo-se à Costa do Barroso e Pesqueiro, ambos localizados no município de Manacapuru, local tradicional de intensa atividade pesqueira.

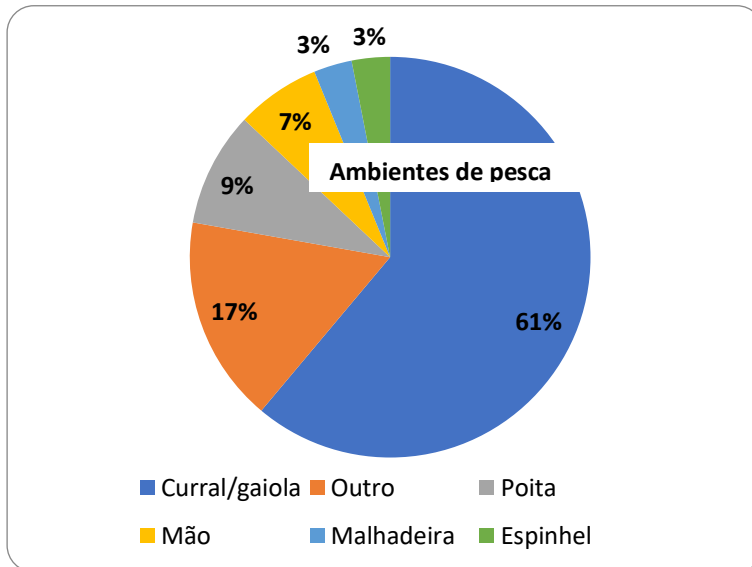


Figura 3. Percentual dos métodos utilizados na pesca da piracatinga.

7% dos casos são capturados com as mãos e transferidos para dentro dessas estruturas, sendo estas utilizadas apenas para a contenção/armazenamento dos peixes capturados. Outros 9% indicaram que utilizavam a “Poita”, método que consiste no uso de linhas secundárias, do tipo nylon, com anzóis para fisgar os peixes, fixadas a uma linha principal do tipo nylon.

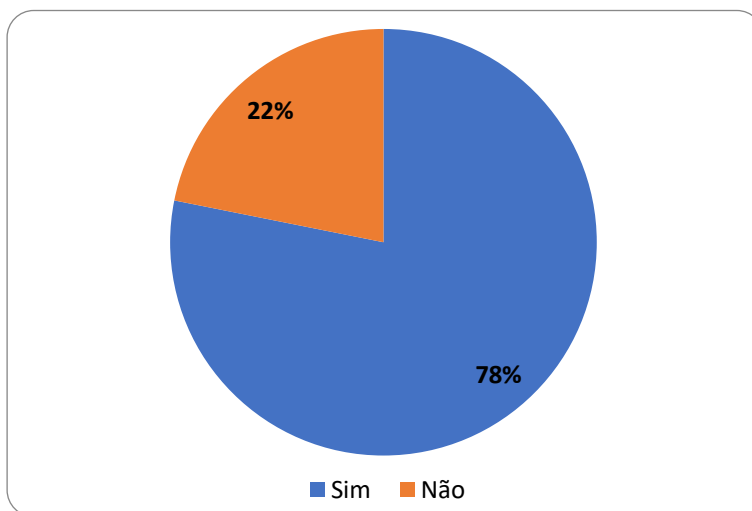
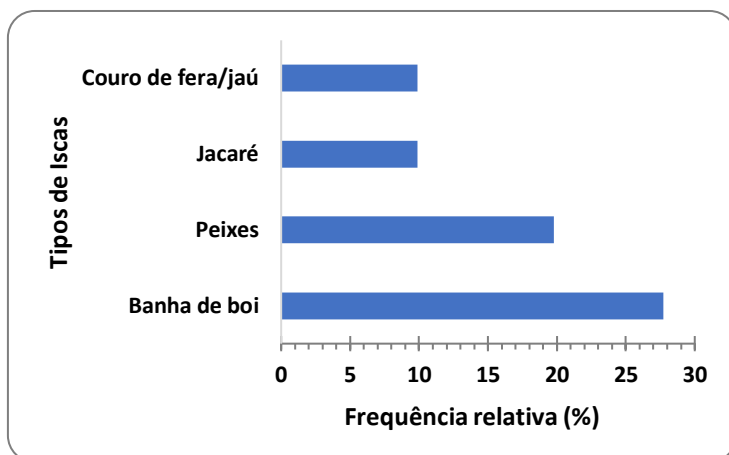


Figura 4. Percentual do uso, ou não, de iscas pelos pescadores.

Em relação ao uso de iscas, 78% dos pescadores responderam que utilizavam algum tipo de material para atrair a piracatinga (Figura 4), outros 22% disseram que não. Dos que utilizavam foi questionado quanto ao tipo de isca utilizada, e foram reportados 22 (vinte e dois) tipos de iscas, cito: banha de

bacu, banha de jaú, barriga de bacu, vísceras de boi, vísceras em geral, pão e bolacha, cabeça de jaú, banha de porco, carcaça de fera, carcaça de branquinha, víscera de jaú, gordura de branquinha, minhoca, peixes liso em geral e carcaças de peixe.



Desse total, destacam-se 4 (quatro) tipos de iscas que somadas representaram 68% das respostas (Figura 5), com destaque para o uso de banha de bovinos e de peixes, que juntos, foram reportadas por quase metade dos entrevistados.

Figura 5. Principais tipos de iscas utilizadas na pesca.

Sobre a utilização de animais silvestres (jacaré e boto) como isca para a pesca da piracatinga, a maioria dos entrevistados (57%) informou que tal uso era desnecessário, outros 27% afirmaram ser necessário, e 16% preferiram não opinar (Figura 6).



Figura 6. Opinião dos entrevistados quanto ao uso de animais silvestres na pesca.

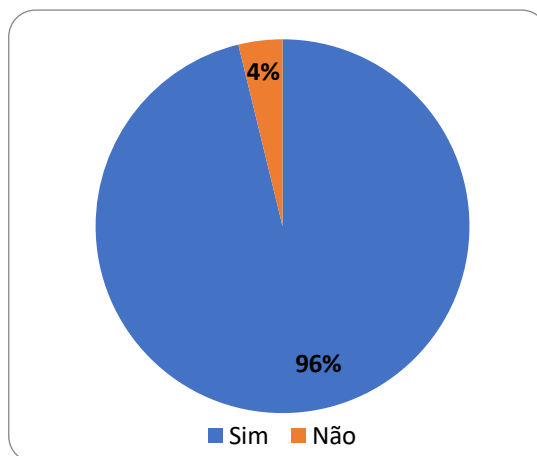


Figura 7. Entendimento dos entrevistados quanto ao uso de animais silvestres como isca ser crime.

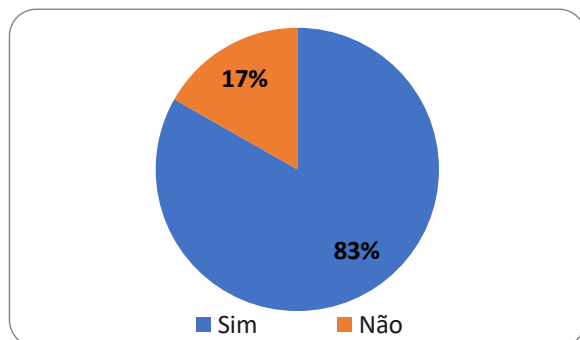


Figura 8. Possibilidade de pescar sem o uso de animais silvestres.

Por outro lado, quando questionados a respeito do entendimento de ser crime ambiental o uso de tal prática, 96% responderam “Sim” (Figura 7).

Questionados sobre a possibilidade de capturar a piracatinga sem o uso de tal

prática, 83% afirmaram que “Sim”, é possível realizar a pesca desta espécie sem o uso de animais silvestres (Figura 8).

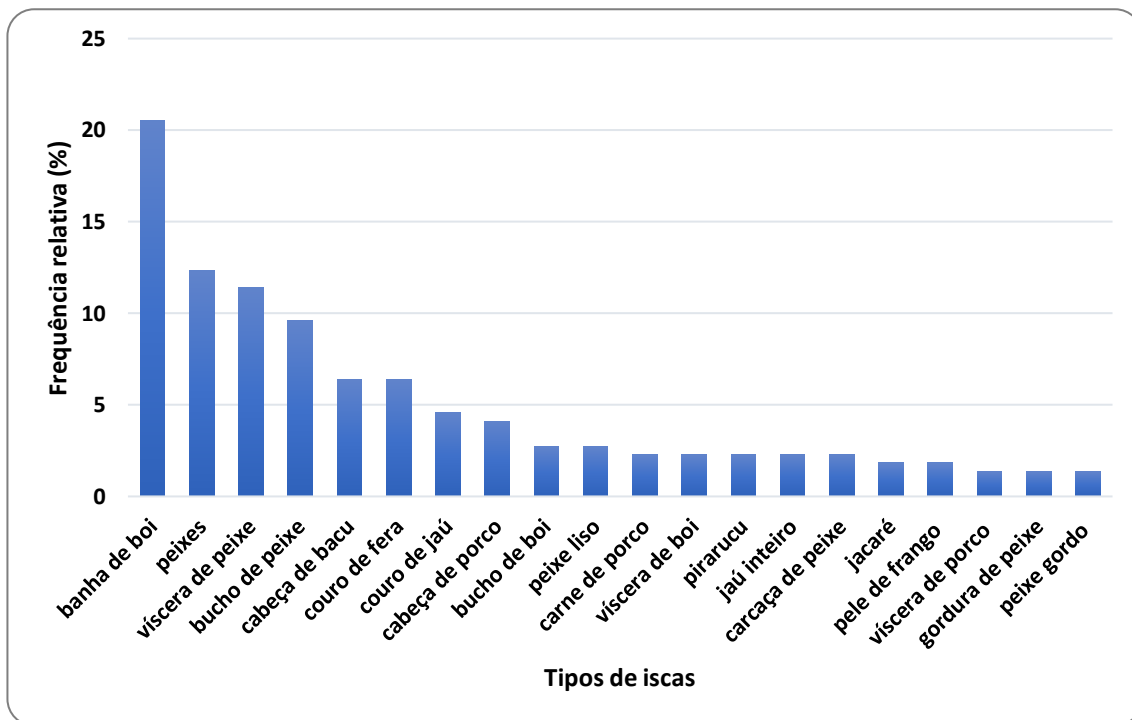


Figura 9. Percentual de iscas alternativas propostas para a pesca da piracatinga.

Dos entrevistados que responderam ser possível a pesca sem o uso de iscas ilegais, 15 (quinze) tipos de iscas alternativas foram propostas para uso na pesca da piracatinga, destes destacamos a víscera de peixe e a banha de boi, que somadas, totalizaram cerca de 42% dos materiais alternativos indicados (Figura 9).

Quando questionados sobre o quantitativo de pescadores de piracatinga que conheciam antes da moratória, mais de metade (54%) dos entrevistados informaram que conheciam

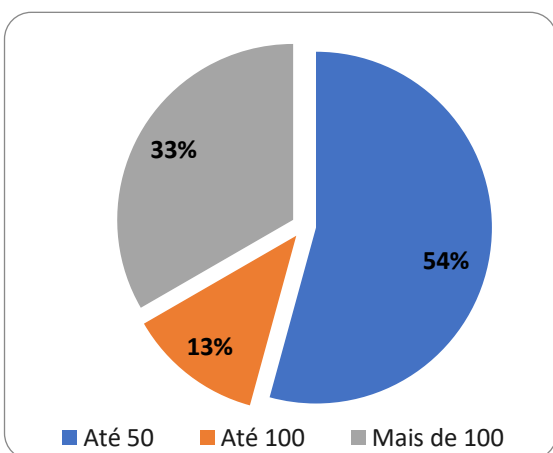


Figura 10. Percentual de pescadores que conheciam outros que pescavam piracatinga.



Figura 11. Percentual de pescadores associados, ou não, a alguma OSC de pesca.

até 50 (cinquenta) pescadores, outros 33% reportaram que conheciam mais de 100 (cem) pescadores, e 13% até 100 pescadores (Figura 10).

Outro dado coletado nas entrevistas com os pescadores foi se eles estavam associados a algum tipo de organização da sociedade civil (OSC), a grande maioria (91%) dos pescadores estava associado a alguma OSC de pescadores, os outros 9% não (Figura 11).

Daqueles que estavam associados a alguma organização da sociedade civil de pescadores, notou-se no reporte dos entrevistados que mais da metade (54%) estava associado a uma colônia de pescadores, 27% a uma associação de pescadores, 10% a um sindicato de pescadores e somente 9% que não estavam associados a nenhuma entidade de pesca (Figura 12).

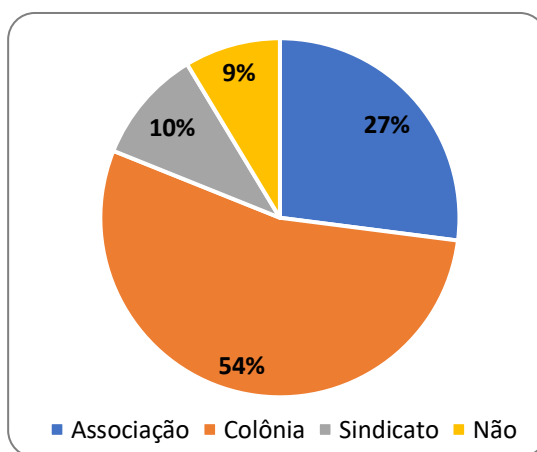


Figura 12. Percentual de pescadores associados à OSC de pescadores.

Outro questionamento feito aos entrevistados foi em relação ao preço (R\$) de primeira comercialização da piracatinga antes da moratória, e houve uma variação considerável no reporte deste dado, sendo o menor preço de primeira comercialização no valor de R\$ 0,25 reportado no município de Manacapuru, já o maior preço chegou a atingir o valor de R\$ 13,00 no município de Benjamin Constant (Figura 13).

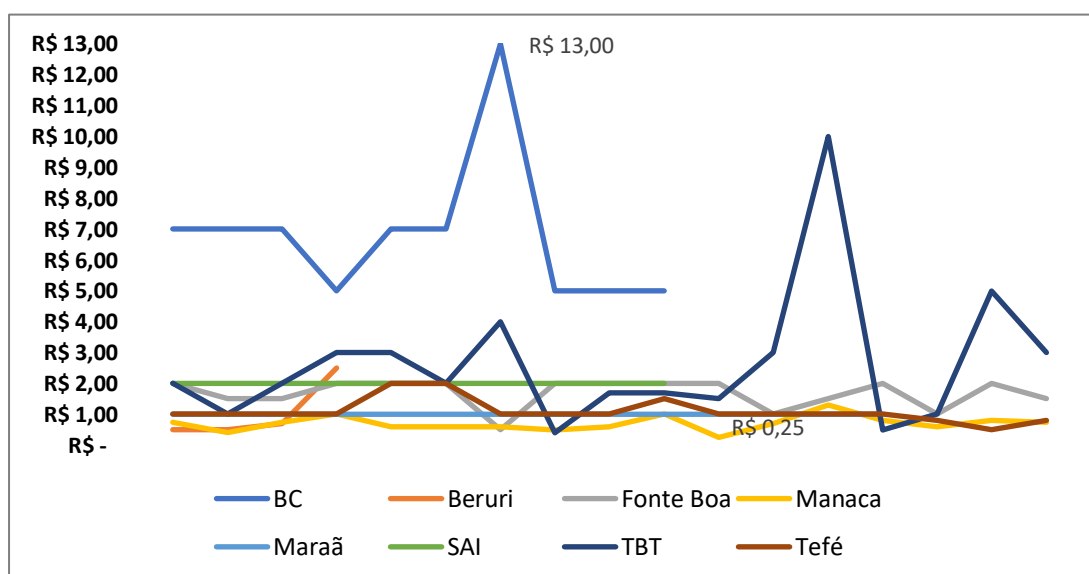


Figura 13. Variação do preço de primeira comercialização da piracatinga por município.

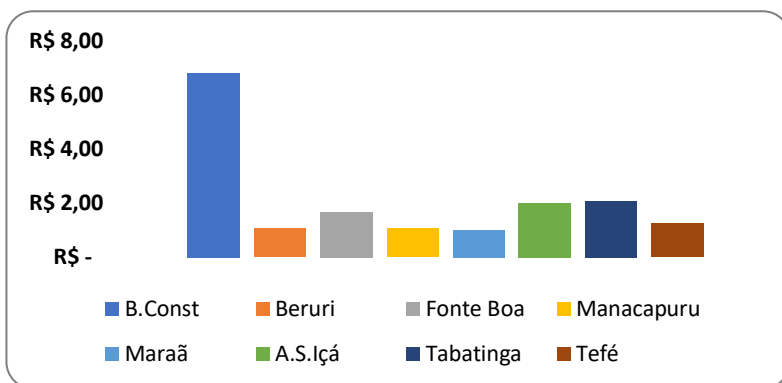


Figura 14. Média de preços de primeira comercialização da piracatinga por município.

Com base nos preços informados de primeira comercialização foi elaborado um gráfico com os valores médios de preço de primeira comercialização de piracatinga por município, onde nota-se que o maior

valor médio de preço de comercialização foi de R\$ 6,80 no município de Benjamin Constant, seguido pelos municípios de Tabatinga (R\$ 2,08) e Santo Antônio do Içá (R\$ 2,00), todos localizados na calha do Alto Solimões (Figura 14).

No que tange as formas de comercialização da piracatinga, antes da moratória, obtivemos reportes nas seguintes formas: Inteiro (49%), Eviscerado com cabeça (47%), e Eviscerado sem cabeça (4%); portanto podemos concluir que, antes da moratória, era mais comum comercializar a piracatinga na forma inteira ou eviscerada com cabeça, representando 96% das respostas dadas pelos entrevistados (Figura 15). Quando questionados sobre o destino da comercialização, a maior parte (72%) dos entrevistados informou que vendia a sua produção para o frigorífico local, outros 23% que comercializavam em outros municípios (Figura 16), entre eles, Iranduba, Manacapuru e Tabatinga, e também para fora do país, como é o caso de Leticia na Colômbia.

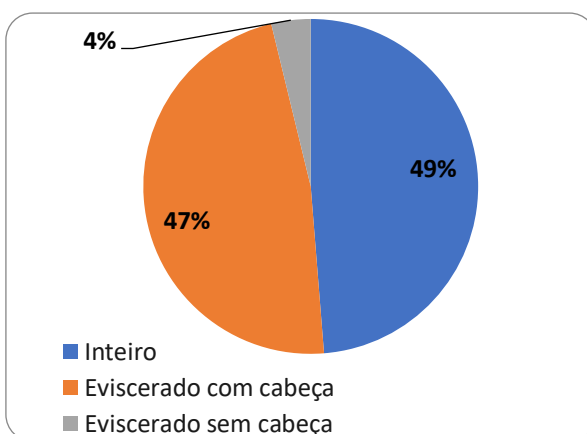


Figura 15. Formas de comercialização do pescado.

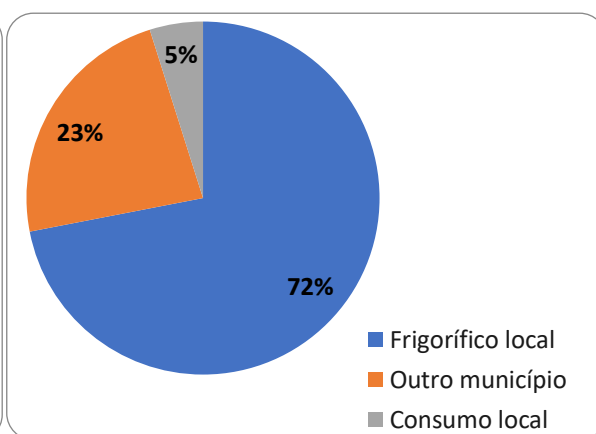


Figura 16. Destino da comercialização do pescado.

A capacidade de produção pesqueira anual da piracatinga informada por 73% dos entrevistados foi de até 10 toneladas (Figura 17). Essa variável estava relacionada ao rendimento das iscas e o mesmo foi informado apenas em baixo, médio e alto, pois os pescadores não sabiam ou não se disponibilizaram a informar. A renda dos atores locais que trabalham com a pesca é composta por diferentes itens, mas, em relação a pesca da piracatinga, 95% dos entrevistados informaram que tal atividade tinha relevância na composição da renda familiar, destes 59% informaram que era muito relevante.

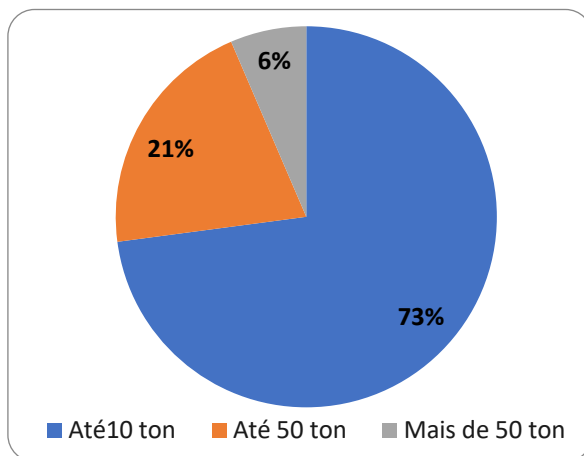


Figura 16. Capacidade de produção pesqueira anual da piracatinga.

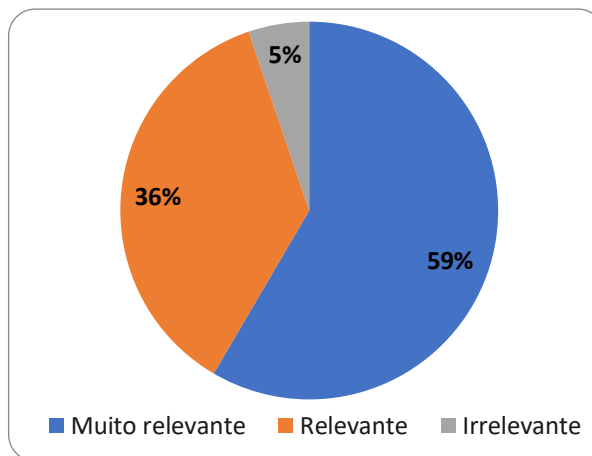


Figura 17. A relevância da pesca da piracatinga na composição da renda.

Considerações

Dados estatísticos de pesca levantados durante o mês de maio de 2002, em 8 (oito) municípios do estado do Amazonas, atestam que 75% dos pescadores que praticavam a pesca da piracatinga atuavam com fins comerciais, utilizando principalmente ambientes como rios e lagos (77%) e fazendo uso de curral/gaiola na captura (61%). Para tanto, sendo necessário o uso de iscas, como: banha de boi e peixes (carcaças, vísceras e cabeças). A maioria dos pescadores (57%) declararam ser desnecessário o uso de animais silvestres como isca para a pesca da piracatinga, e mais, 96% entendem que tal prática é considerada crime ambiental e 83% afirmam ser possível a pesca da piracatinga sem uso dos mesmos. Foi possível registrar o uso de 15 itens alternativos de iscas, sendo os mais recorrentes: vísceras de peixe, banha de boi, peixes em geral e couros de fera. Dos pescadores entrevistados, 91% estavam associados a alguma Organização da Sociedade Civil de Pescadores, sendo que a maioria estava filiada às Colônias de Pescadores (54%). Os preços de primeira comercialização variaram entre R\$ 0,25 (Manacapuru) e R\$ 13,00 (Benjamin Constant), sendo a piracatinga inteira (49%) a forma mais comum de

comercialização, vendida principalmente, para frigoríficos locais (72%). Para mais de 70% dos entrevistados a capacidade de produção anual era de até 10 toneladas de piracatinga, sendo esta atividade comercial considerada muito relevante para a composição da renda familiar, de acordo com 59% dos pescadores de piracatinga.

Material consultado:

Nunes, A. C. G., Araújo, L. B. F., and da Silva, V. M. F. 2017. Guia de identificação das principais espécies de peixes comercializados como "douradinha". Editora INPA, Manaus, Amazonas, Brasil.

Trujillo, F.; Crespo, E.; Van Damme, P.A., J.S. (Eds). The Action Plan for South American River Dolphins 2010 – 2020. WWF, Fundación Omacha, WDS, WDCS, Solamac. Bogotá, Colômbia. 2010. 249 pp.